

Maioria acha que município sai perdendo

O anteprojeto apresentado pelo relator Bernardo Cabral vem obtendo a unanimidade das lideranças dos principais partidos representados na Assembléia Nacional Constituinte: a reforma tributária preconizada por Cabral enfraquece financeiramente os municípios, além de criar uma brutal dependência em relação aos governos estaduais.

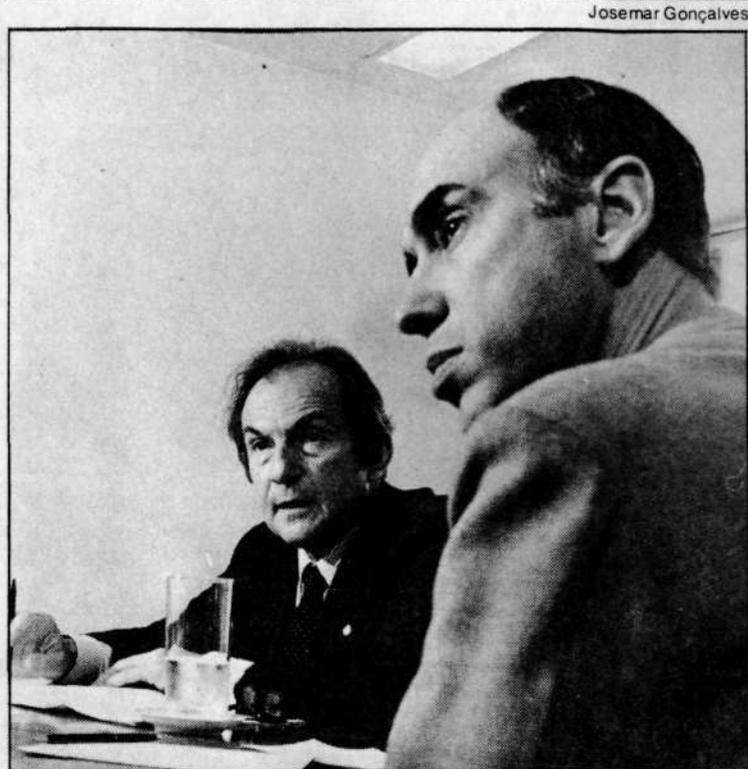
O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas tem praticamente o mesmo pensamento em relação à reforma tributária que os líderes de outros partidos que divergem em diversos outros assuntos, como José Lourenço, do PFL, Gastoni Righi, do PTB, Brandão Monteiro, do PDT, ou Haroldo Lima, do PC do B, e o deputado Fernando Santana, do PCB.

Ao retirar o Imposto sobre Serviços da esfera dos municípios para a esfera dos estados, o anteprojeto enfraquece as prefeituras e cria uma total dependência para com os governos estaduais: "Os prefeitos vão ficar, em relação aos estados, na mesma posição em que os governadores estão hoje em relação à União. Isto é, de pires na mão", diz o líder do PMDB, Mário Covas.

Receita

O líder do PFL, José Lourenço, o segundo maior partido com representantes na Constituinte, diz ser favorável a que se aumente a participação dos municípios na distribuição da receita tributária, mesmo que com isto se aumente também as responsabilidades das prefeituras. "Eu não vejo como atender às reivindicações por receita que vêm sendo feitas pelos estados, sem que haja um violento aumento da carga tributária sobre os contribuintes. Este é um assunto que precisa ser analisado com toda a responsabilidade que foi conferida aos constituintes e que preocupa muito no momento, uma vez que só temos duas saídas: a revisão da participação dos estados ou um violento aumento de impostos", diz Lourenço.

Gastoni Righi, líder do PTB, é lacônico quando perguntado sobre a reforma tributária: "péssima", é a sua resposta imediata. E continua: "Ele é o resultado do lobby que os governadores organizaram sobre os constituintes, através da ação do deputado José Serra aproveitando-se da fraqueza do relator. Na verdade, só quem ganha com a reforma são os estados, em detrimento da União e dos municípios.



Josemar Gonçalves

Maciel disse a Cabral que não aceita o parlamentarismo

Cabral negocia com PFL

O relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, esteve ontem na presidência do PFL, discutindo com o senador Marco Maciel, o líder José Lourenço e o secretário-geral do partido, Saulo Queiroz, aspectos controversos de seu anteprojeto. Ele desenvolve esforços no sentido da obtenção de entendimentos em torno dos pontos polêmicos.

Maciel discordou da introdução do sistema parlamentar de Governo por defender a manutenção do presidencialis-

mo com a vigência do que chama «equipotência de poderes», a concessão de maior força ao Legislativo e ao Judiciário. Ele condenou ainda a idéia do presidencialismo mitigado por achar que as soluções híbridas diluem responsabilidades em detrimento do bom desempenho administrativo.

Os pefelistas são contrários ainda à maneira como a reforma agrária, a distribuição de rendas e a tributação das jazidas minerais foram propostas no anteprojeto de Cabral.

Presidencialismo obtém vitória em 9 capitais

O Palácio do Planalto divulgou ontem, os resultados de uma pesquisa feita em nove capitais, num universo de 2.204 pessoas, na qual 48% dos entrevistados declararam sua preferência pelo regime presidencialista, enquanto 41% optaram pelo parlamentarismo. Onze por cento dos entrevistados deram respostas variadas.

O presidencialismo foi o preferido em sete das capitais, mas o parlamentarismo ganhou em Porto Alegre (55 contra 41%); em Fortaleza (43 a 36%); em São Paulo, o percentual foi de 45 a 40%, a favor do presidencialismo; no Rio de Janeiro, 54 a 40%; Curitiba, 58 a 40%; Belo Horizonte, 52 a 40%;

Recife, 44 a 36%; Salvador, 55 a 40%; e São Luís, 47 a 36%.

O presidencialismo foi mais preferido entre os homens (45%) do que entre as mulheres (47%), enquanto o parlamentarismo obteve mais adesão entre as mulheres (41 a 40%). As classes A e B deram um percentual de 53% ao presidencialismo, mas entre os que optaram pelo parlamentarismo o percentual maior foi da classe C — 44%.

Os jovens entre 18 e 29 anos preferiram o parlamentarismo (48 a 43%), mas nas faixas etárias de 30 a 39 anos e de 40 a 65 anos a preferência foi pelo presidencialismo, respectivamente com percentuais de 46 a 42% e de 54 a 32%.

Congresso poderá ter sistema de rádio e TV

Na reunião de ontem com a Mesa da Constituinte e com o relator Bernardo Cabral, os líderes partidários aprovaram a inclusão, no texto da futura Constituição, de um dispositivo autorizando o Congresso a implantar um sistema próprio de rádio e televisão, capaz de cobrir todo o território nacional.

Nos debates ocorridos durante a reunião, o relator Bernardo Cabral deu conta da existência de uma emenda naquele sentido, de iniciativa do primeiro-secretário da Constituinte, deputado Marcelo Cordeiro, e pediu a opinião dos presentes. A aceitação à proposta foi quase unânime.

O líder do PFL na Câmara, José Lourenço, considerou a idéia um "escárnio ao povo brasileiro", por entender que a criação deste sistema corresponderá à instituição



de uma nova empresa estatal pelo Poder Legislativo. Lourenço assegurou que o partido vai lutar contra a aprovação dessa proposição.

Funcionamento

O artigo primeiro da proposta — que seria inserida nas disposições transitórias — estabelece: "Fica o Congresso Nacional autorizado a implantar e operar sistema nacional próprio de radiodifusão de sons e imagens, com alcance em todo o território brasileiro, podendo instalar, colocar e manter em funcionamento estações geradoras, receptoras e retransmissoras de sinais de televisão, para veiculação permanente de programação autônoma, informativa ou de natureza política, econômica, financeira, social, cultural e outras matérias de interesse público e do Poder Legislativo e de seus membros".

Os demais detalhes relativos ao funcionamento do sistema são abordados em três outros parágrafos da proposta. O próprio autor sugeriu a Bernardo Cabral a

elaboração de um substitutivo, tornando o texto mais sintético.

Na justificativa da emenda, assinala o primeiro-secretário da Constituinte: "Não pode mais o Congresso Nacional permanecer caudatário do Poder Executivo e contentar-se com o pequeno espaço informativo que lhe concedem os programas noticiosos oficiais, ou na expectativa de que as suas atividades encontrem repercussão nos órgãos de imprensa escrita, falada ou televisada, os quais lhes dão o tratamento e a orientação que mais lhes convier, nem sempre fiel à realidade dos fatos ou sob o propósito de valorizar a instituição e seus integrantes.

Perguntado pelos repórteres se essa era uma questão que merecia tratamento constitucional, Marcelo Cordeiro justificou que a inclusão na Carta de um dispositivo autorizando a criação do sistema era uma forma de dar a dimensão de dignidade a um empreendimento que não seria uma televisão a mais, e sim "uma instituição de interesse público".

Cardoso Alves defende proposta do Planalto de reforma agrária

O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) divulgou ontem a emenda da reforma agrária apresentada em nome do Palácio do Planalto. A proposta está baseada no modelo mexicano, onde não são permitidas desapropriações de áreas rurais em produção ou familiares. Somente as terras inexploradas poderão sofrer desapropriação que não ultrapassará dois terços da área total. A imissão imediata de posse não é prevista pois, segundo Cardoso Alves, "é matéria de legislação ordinária".

Os grupos de centro na Constituinte aprovaram a proposta palaciana defendida por Cardoso Alves. Ontem à tarde grupos interpartidários realizaram várias reuniões no gabinete do líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna. Inicialmente a emenda seria apresentada pela deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), que também endossou o texto. Os deputados José Tomás Nonô (PFL-AL) e Victor Faccioni (PDS-RS) apoiaram formalmente o deputado paulista afirmando que "está é a fórmula do consenso".

Depois da reunião com o líder



Arquivo - 18/08/87

Deputado assume emenda

do governo, Cardoso Alves afirmou que a importância de sua emenda está no fato de prever a destinação de uma verba para o assentamento das áreas desapropriadas. Acrescentou que "foi consenso criar mecanismos que viabilizem a reforma agrária. Não adianta emitir títulos de terra se não existem meios para assentar as famílias", comentou.

Resgate

Roberto Cardoso Alves acredita que o modelo mexicano" é o que

mais se adequa à realidade brasileira. "Explicou que a imissão imediata de posse das terras desapropriadas, depois de um prazo de noventa dias para a apreciação do Judiciário — previsto no substitutivo do deputado Bernardo Cabral — "inviabiliza qualquer projeto de Reforma Agrária".

A emenda de reforma agrária do Palácio do Planalto prevê em três artigos "ampla proteção e garantia à agricultura, aos lavradores e à propriedade rural". Só são passíveis de desapropriação as propriedades inexploradas, mas a área destinada à reforma agrária não será superior a 2/3 do total. O proprietário tem o direito de escolher a área com que quer ficar e receberá uma indenização prévia, justa, em títulos da dívida pública.

A novidade da emenda diz respeito a possibilidade de resgate por seu antigo proprietário da área desapropriada. Ela prevê que "na hipótese" de não ser efetivado o programa de assentamento em um prazo de quatro anos, o ex-proprietário terá o direito de recorrer contra a União. Assim, ele poderá ter sua propriedade de volta mediante pagamento da quantia recebida no ato da desapropriação.